



Recortes de Imprensa

Abril 2010

apoio





ID: 29558830

02-04-2010

Práticas de cyberbullying envolvem cerca de 10% dos estudantes

Estudo → Alunos de 34 escolas de Braga e Lisboa participaram em investigação académica

PEDRO JOSÉ BARROS (TEXTOS)
pedro.barros@grandeportoonline.pt

Cerca de dez por cento dos alunos estão envolvidos em práticas de cyberbullying, revela um estudo orientado por Ana Tomás Almeida, investigadora e professora na Universidade do Minho, e Isabel Correia, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa.

A investigação realizou-se em 2008 e 2009 e incidiu numa amostra de 1734 alunos do 7º ao 12º ano em 34 escolas de Braga e Lisboa, com uma média de idades de 15 anos e igualmente distribuídos por géneros.

Concluiu-se que há um “aumento significativo” do número de casos de cyberbullying em alunos mais velhos, do secundário, o que “contraria os dados do bullying tradicional, que tende a decair com a idade”, explica ao GRANDE PORTO Ana Tomás Almeida. Os problemas relacionam-se com a “utilização das redes sociais”, ao nível do “roubo de identidade, difamação e insultos públicos”.

Ao contrário do bullying tradicional (agressões físicas ou psicológicas continuadas), que envolve

“mais rapazes”, no cyberbullying, em que as agressões são praticadas por intermédio da Internet e dos telemóveis, “há um maior número de raparigas envolvidas”, sobretudo na posição de vítimas.

MOTIVOS

Segundo a investigadora, percebeu-se que os cyberagressores, principalmente no 3º ciclo, mostram-se “menos sensíveis ao sofrimento das vítimas”.

E o que leva alguém a praticar cyberbullying? De entre os motivos apontados pelos jovens destacam-se o “divertimento”, a percepção de que será “mais difícil serem apanhados”, a “raiva e vontade de retaliação” devido a algum episódio que lhes aconteceu e ainda pelo “reconhecimento, popularidade e prestígio” que isso lhes confere no seio do grupo.

Os resultados sugerem a necessidade de se promoverem “programas de prevenção e de sensibilização” e de se “educar” os jovens para utilizarem os meios informáticos: perceberem “como se expõem e como comunicam sentimentos e dados pessoais que se tornam fáceis de manipular”.



➤ Jovens deverão ser “educados” para os cuidados a ter no acesso à internet

INVESTIGAÇÃO

→ Cristina Ponte, professora na Universidade Nova de Lisboa, coordena em Portugal o EU Kids Online. Está a decorrer um inquérito em 25 países (1000 inquiridos em cada país) com foco nas “situações de risco vividas pelas crianças e na forma como lidam com elas”. Cyberbullying, encontros com estranhos conhecidos na net, pornografia e o ‘sexting’ (divulgação de conteúdos eróticos como forma de vingança) são as grandes áreas avaliadas.

→ Tânia Paiais, directora do sítio www.portalbullying.com.pt, desenvolve neste momento um estudo sobre as atitudes face à violência com 300 alunos de uma escola do Algarve.

47%

Dos alunos que revelaram, num estudo da UM, estar envolvidos em cyberbullying, já tinham vivenciado situações de bullying tradicional.

SINAIS DE ALERTA

→ Perda repetida e inexplicável de bens pessoais ou dinheiro

→ Deixar de usar o PC, Internet ou telemóvel de forma abrupta

→ Falar sobre vingança e demonstrar baixa auto-estima

→ Declínio no rendimento escolar

→ Aparentar alheamento ou depressão involuntária

Escolas Jovens desenvolvem projectos para prevenir acções violentas

A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima tem no terreno - na Escola Secundária Inês de Castro, em Gaia, e na EB 2,3 de Pedrouços, na Maia - o projecto APAV 4D, que visa prevenir comportamentos de risco e a violência, dando competências aos alunos para estabelecerem relacionamentos positivos.

A iniciativa decorre durante este ano lectivo, na disciplina de Área de Projecto, abordando as temáticas dos relacionamentos saudáveis, crescimento e sexualidade saudáveis, consumo e abuso de substâncias e a igualdade de género.

As aulas são “diferentes do normal” e exigem “muita participação” dos alunos,

que se envolvem em “jogos de papéis” e na interpretação de situações de violência, explica a coordenadora pedagógica Isabel Lima, que considera que a escola também pode “ajudar os alunos a relacionarem-se entre si”.

O grupo de Francisco Alves (14 anos), aluno na Secundária Inês de Castro,

estudou a maneira como o cyberbullying “pode prejudicar a vida das vítimas”, que ficam com “uma auto-estima muito baixa, podendo ainda ficar com medo e cortar relações com os pais e baixar o rendimento escolar”.

Ao GRANDE PORTO, Gonçalo Rocha, da mesma turma, diz que o seu grupo

se debruçou sobre “todas as formas de bullying”. Muitas vezes, avalia, os ataques surgem “por inveja, pela fraqueza das vítimas ou até por não se usar roupa de marca ou óculos feios”.

MEDIAÇÃO

A Associação Fórum-Mediação desenvolve acções de sensibilização à media-

ção de conflitos. Em 2006 foi feita a primeira de âmbito escolar, na EB 2,3 de Valbom, Gondomar, para toda a comunidade educativa. As “regras negociadas”, a comunicação multilateral e a criação de um espaço de mediação “imparcial e neutro” são importantes, considera Ângela Maria Lopes, da Associação.



ID: 29558830

02-04-2010

Agressões acontecem na escola, rua e Internet

Bullying → Duas histórias de ataques a jovens. Uma, repetidamente, à porta da escola, outra no cyber-mundo

“Hoje vão estar ali fora para te matar”

Maria conheceu os que julgava serem “amigos perfeitos” há três anos. Saía com eles. Faltava às aulas para “ser aceite” e “gostarem” de si. A mãe, Marta (ambos os nomes são fictícios), preocupou-se com a “falta de estudo” e as mudanças de linguagem. Foi à escola e só depois soube que a filha já tinha “mais de 50 faltas” no primeiro período. Maria prometia que ia mudar, mas não mudou e os pais, apoiados pelo seu namorado, pressionaram para se afastar. Os “amigos perfeitos” não gostaram.

Começaram a esperá-la à porta da escola e a enviar SMS’s “com insultos e ameaças”, conta ao GRANDE PORTO. Foram à porta de casa. Recebeu-os a mãe, com um aviso para “não se aproximarem mais”.

Maria é hiperactiva, tem 16 anos e anda no 9º ano, na cidade do Porto. Gosta de jogar futebol e quer ser psicóloga para “ouvir os outros”. A primeira espera aconteceu no 7º ano à porta da escola, onde passaram a ocorrer os episódios de violência. “Chamaram-me, mas continuei. Seguiram-me, os rapazes agarraram no meu namorado e a rapariga agarrou-me pelos cabelos e mandou-me uma joelhada na cara”, recorda. Resultado? Uma ida ao hospital e queixa na polícia. Para a mãe “foi pior” porque os agressores avançaram com “represálias”.

As agressões aconteciam “quase todos os dias”. O grupo não estudava ali. Informava-se “dos horários” de Maria junto de uma colega. Numa ocasião, atiraram-lhe “ovos”, apontaram “uma navalha” ao namorado e “batearam-lhe”. “Deram-me pontapés e à minha mãe também. O que mais revoltava é que havia sempre milhares de pessoas à volta e ninguém fazia

nada!”, protesta. Uma das agressoras, a quem falaram na hipótese de “ir para um colégio interno”, terá dito a Maria: “Se for dentro mato-te e pego-te fogo à casa”.

MEDO

Dentro da escola, ouvia os “hoje vão estar aqui fora para te matar” e os “anda, sai...” dos que rondavam o edifício montados na bicicleta. O “medo” era inevitável. Segundo Maria, normalmente “não estava ninguém da Escola Segura” à porta. Só “quando uma agente à paisana foi agredida houve um reforço” policial, garante a irmã, Catarina. Já a mãe, diz que o grupo controlava a posição da polícia, agredindo a filha “a 200 metros dali”.

“Não tenho nada a ver com o que se passa fora do portão”, foi o que Marta diz ter ouvido do Conselho Executivo. “Algumas vezes saí daquela escola com vontade de matar alguém”, confessa.

“O que mais revoltava é que havia sempre milhares de pessoas à volta e ninguém fazia nada!”

Catarina defende que a escola devia ter pedido “reforço de policiamento”, mas “nunca houve apoio de lado nenhum”. A família pediu o arquivamento do processo. “Pensei que os intimidávamos, mas nada disso ajudou. Só queria paz”. O “principal instigador” está preso e as suas ligações na escola também “já saíram”. A calma chegou para já à vida de Maria, mas ainda pairam fantasmas: “Nunca sei se vai estar alguém à minha espera na rua”.



DR/WILDAN UYSAL

Perfil do Hi5 com anúncios porno

Como muitos outros adolescentes, Rita, de 13 anos, estudante no 7º ano, criou um perfil na rede social Hi5. Teve o cuidado de, nas opções de privacidade, bloquear o acesso, reservando-o só aos amigos que de facto conhecia, mas isso não impediu que visse o seu perfil invadido por anúncios comprometedores, uma das variantes do chamado cyberbullying (ataques perpetrados via Internet e por meio das novas tecnologias).

A história é relatada ao GRANDE PORTO pela mãe, Paula (os nomes são fictícios), de 50 anos e residente em Braga. Paula diz que os problemas começaram ainda antes. Na escola, a filha começou a ser alvo de “ameaças e piadas”. Depois de alguma insistência, Rita confessou-lhe que lhe andavam a “oferecer porrada no recreio”.

Os intervenientes foram ao Conselho Executivo (CE), a questão ficou “mais ou menos por ali”, até receber, mais tarde, um telefonema “a chorar”, da Rita, a dizer que lhe “tinham cuspidos e não a deixavam ir às aulas depois do intervalo”. Isto porque a filha admitira, para se “libertar da pressão”, ter sido ela a autora de alguns “comentários desagradáveis” no Hi5 de uma rapariga. Paula foi à escola defender a filha e nas duas semanas seguintes a Rita “não conseguiu ir sozinha”.

ROUBO DE PERFIL

Pouco tempo depois veio a surpresa. Além do nome e número de telefone que o Hi5 já continha (à confiança de que o acesso seria limitado), no perfil electrónico da Rita estavam “anúncios a oferecer serviços com carácter pornográfico”. Diziam que

Rita “fazia isto e aquilo e tinha isto e aquilo, andava na escola x e morava na zona x”, conta a mãe. “Ela reagiu muito mal, não tinha bem a noção da gravidade”, descreve.

A primeira medida foi mudar o número de telemóvel. Rita dizia que não tinha dado a password a ninguém e, já nas instala-

A primeira medida foi mudar o número de telemóvel. Rita não tinha dado a password a ninguém e não conseguia aceder ao Hi5

ções da PSP, não conseguiu aceder ao perfil. “Trocaram-lhe a password”, diz a mãe. “Não vale a pena fazer queixa porque isto foi feito por miúdos”, terá ouvido desta polícia. Na PJ disseram-lhe que podiam tentar “saber a localização do computador, que podia ser tanto um café como uma estação de comboios mas as pessoas não se chegam lá”.

A queixa não foi formalizada porque depois de a família contactar a própria empresa responsável pela rede social, o perfil acabou por ser retirado da Internet e não queriam “massacrar mais a jovem junto da polícia”.

A mãe também critica a escola. O “passa palavra” deixou a filha “em baixo”, mesmo apesar do apoio psicológico que recebeu no estabelecimento. “Desvalorizaram um bocado a situação, disseram que eram coisas pontuais de indisciplina e discussões entre miúdos, não bullying”, acusa.

Associação de Apoio à Vítima faz atendimento em VRSA

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) celebrou recentemente um protocolo informal com a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) de Vila Real de Santo António. Foi cedido um gabinete onde os cidadãos são atendidos uma vez por semana na localidade pombalina. É dado apoio social, jurídico e psicológico no sentido de resolver casos de vitimização. Rita Prieto, da CVP garante que são cada vez mais as vítimas que se apresentam para pedir ajudas, nomeadamente, “imigrantes porque tem havido, infelizmente, muitos casos de mulheres imigrantes que casaram com portugueses e que agora são maltratadas”, denuncia.

A divulgação deste protocolo ainda está a dar os primeiros passos e a maioria das vítimas dirigem-se à PSP ou directamente à APAV em Tavira, que é a delegação mais próxima.





CLDS e APAV promovem formação para técnicos

Promovida pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social de Paços de Ferreira – Passos Para Integrar, terminou no passado dia 24 de Março, a formação “ *Compreender para proceder: apoio a vítimas de violência doméstica*”. Esta formação, com a duração de 30 horas, resultou de uma parceria entre o CLDS e a APAV – Apoio à Vítima e nela participaram cerca de 19 técnicos sociais do concelho de Paços de Ferreira. Teve lugar na Câmara Municipal de Paços de Ferreira e permitiu aos técnicos que lidam mais de perto com a problemática desenvolverem as suas competências pessoais e profissionais, no sentido de melhorar o campo de acção junto dos cidadãos vítimas de violência doméstica de forma a torná-lo mais eficiente.



ID: 29615212

02-04-2010

Segundo relatório da APAV

Quinze homens são vítimas de violência todos os meses



Considerada geralmente como uma problemática que afecta em particular as mulheres, fenómeno da violência doméstica constitui um tema que atravessa ambos o sexos, situação confirmada com a divulgação do relatório anual da Associação de Apoio à Vítima (APAV), o qual refere a existência de quinze homens por mês foram vítimas de violência doméstica vítimas de violência doméstica todos os meses.

De acordo com o documento, no passado ano, 187 homens entre os 18 e os 64 anos foram vítimas de violência doméstica, o que significa uma média de 15 homens agredidos todos os meses, embora os agressores continuem a ser maioritariamente homens

e as vítimas mulheres.

A distinção entre o sexo das vítimas é apenas feita em relação a 2008. Já em 2009, a APAV refere que em 10% dos casos as vítimas são homens (705), mas neste caso estão incluídas vítimas dos zero meses até mais de 65 anos.

Nos últimos anos, a APAV reconhece que há cada vez mais homens vítimas e, por isso, mais homens a pedir apoio à APAV e apresentar queixa às autoridades. Não foi o caso de José Monsanto, assassinado a tiro pela ex-companheira, no Feijó. José vivia com medo e até tinha medidas de segurança adicionais no seu local de trabalho, onde também dormia, mas nunca terá apresentado queixa às entidades competentes.

Segundo as estatísticas da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, no final do ano passado, 43 mulheres cumpriam penas por homicídio, cinco das quais estrangeiras. Entre elas está a socialite Maria das Dores que, apesar de ter encomendado a morte do marido, foi condenada como autora material do crime. Não é caso único.

Em Dezembro, José Joaquim Sousa, 56 anos, foi assassinado pela ex-mulher com vários disparos, em Messines. Os dois alimentavam desavenças por partilhas que levaram ao divórcio. Os colegas de trabalho da vítima disseram na altura que há muito que ele era ameaçado de morte. Neste caso, a mulher entregou-se às autoridades.



Rio Maior apoia APAV

A Câmara de Rio Maior decidiu por unanimidade, em sua reunião de 29 de Março, apoiar a APAV - Associação de Apoio à Vítima, com a atribuição de um subsídio de 200 euros, para ajudar a suportar as despesas financeiras no auxílio prestado pelo Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Santarém o qual, dada a sua proximidade de Rio Maior tem realizado um significativo número de atendimentos pessoais e integrais a residentes neste município.

A APAV é uma IPSS, de utilidade pública, cujo objetivo é promo-

ver e contribuir para a informação, protecção e apoio aos cidadãos vítimas de infrações penais, assim como apoiar de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais.

O GAV Santarém tem estado permanentemente em articulação com os serviços de Rio Maior de ação social na identificação e no acompanhamento desse tipo de situações, como é o caso da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

Excepcionalmente, a Câmara atribuiu este subsídio a uma associação exterior ao concelho "porque têm sido apoiados cerca de 48 utentes na área de residência do concelho", afirmou Sara Fragoso, vereadora da Ação Social.



Violência doméstica. Casos de homicídio aumentam e são cada vez mais violentos

por Liliana Valente, Publicado em 06 de Abril de 2010

O desespero levou a que um homem de 41 anos matasse a mulher e o filho de dois anos nesta sexta-feira, em Albergaria-a-Velha, no distrito de Aveiro. Daniel Oliveira não terá aguentado a pressão do divórcio e depois de uma discussão assassinou a mulher, Elisabete, de 40 anos, cortando-lhe os pulsos. Em seguida asfixiou o filho, Rafael, de dois anos, e ainda com ele ao colo suicidou-se, com a mesma faca com que ferira a mulher. É este o cenário traçado na investigação da Polícia Judiciária de Aveiro, que aponta para "fortes possibilidades de duplo homicídio e suicídio, num cenário de grande violência".

O caso desta família de Albergaria-a-Velha, cujo funeral deve realizar-se hoje, não é único. Só nos primeiros seis meses de 2009 houve seis homicídios por violência doméstica extrema, aponta um estudo da Direcção-Geral da Administração Interna (DGAI). O Relatório Anual de Segurança Interna de 2009 (RA SI) mostra que num quarto dos 144 homicídios voluntários consumados em Portugal (36 homicídios) existia uma relação de parentesco entre o agressor e a vítima.

Os números reflectem um aumento da intensidade e do número dos homicídios conjugais, explica a secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, ao i. "A violência é cada vez mais intensa e mais grave. É uma realidade que nos preocupa", acrescenta.

A maioria dos casos participados de violência doméstica traduz situações entre marido e mulher (63,9%) ou ex-parceiros (13,5%). Quando o amor acaba, ou se transforma em obsessão, é fácil que haja um aumento da "intensidade da violência doméstica", justifica Joana Marques Vidal, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Porém, os homicídios dentro de núcleos familiares não se limitam a crimes passionais. Em Maio do ano passado, em Matosinhos, João Pinto asfixiou a filha, Maria João, de sete anos, com o cinto do roupão. Justificou o crime com a separação: "Assim ela não tem de sofrer mais", disse à filha mais velha da mulher, a quem telefonou depois de matar a filha. Segundo o RASI, 12,1% dos que sofreram com violência doméstica em 2009 eram crianças, vítimas dos próprios pais.

Razões

Os actos de violência não são explicáveis apenas por um factor. "Por si só, o alcoolismo ou a situação familiar não são justificações, mas são elementos potenciadores deste tipo de criminalidade", afirma a dirigente da APAV. Segundo o relatório da DGAI, "cerca de 32% das situações de violência foram desencadeadas por um estado alterado devido ao consumo de álcool ou de drogas" e "15% foram respostas a situações de ameaça de abandono ou ao abandono" - como o caso de Daniel Oliveira. Nestas situações, "há uma multiplicidade de factores que convergem, desde sociológicos a familiares ou individuais", acrescenta a socióloga Helena Sampaio.

Saúde mental

As perturbações mentais de indivíduos são muitas vezes associadas à criminalidade violenta. Segundo Joana Marques Vidal, "há graves problemas de saúde mental em Portugal que potenciam o desenvolvimento de violência". A dirigente da APAV acredita que "esta é uma eventual explicação" - mas "apenas uma" - e que "é necessário um estudo mais profundo" do fenómeno. Estas perturbações podem ter origem no desespero causado por situações inesperadas, como divórcios ou desemprego.

Sem querer fazer uma associação directa à crise, Joana Marques Vidal diz que "o desespero extremo pode produzir situações de falta de controlo", que se transformam em acções de maior violência, como homicídios. A opinião é partilhada pela psicóloga Helena Sampaio, que diz que "as dificuldades provocadas pela crise são apenas um factor, dado que o fenómeno atravessa todos os extractos sociais." No ano passado, a PSP e a GNR registaram 30 543 ocorrências de violência doméstica.

Segundo as especialistas, os números revelam também uma maior visibilidade do problema. O maior número de notícias, explica Helena Sampaio, reflecte-se num "aumento dos pedidos de ajuda a instituições de apoio". Segundo a psicóloga há "uma maior sensibilização e consciencialização da sociedade".



No ano passado a APAV recebeu 68 queixas relativas a menores de 3 anos

GUSTAVO BONGLOBAL IMAGENS

Crianças acolhidas

Portugal tem 9563 crianças e jovens em instituições de acolhimento, das quais mais de duas mil foram recebidas em 2009, segundo o último relatório da Segurança Social (SS). O mesmo documento revela que há menos 393 crianças e jovens acolhidos em instituições do que em 2008. A SS identificou no ano passado 12.579 crianças e jovens em risco e, destas, 9563 estão efectivamente em acolhimento em Lares de Infância e Juventude (6395), Centros de Acolhimento Temporário (2105) e famílias de acolhimento (658). Os distritos do Porto, de Lisboa e de Braga registam, mais uma vez, o número mais elevado de crianças e jovens acolhidos.

DADOS DA PSP DE JANEIRO E FEVEREIRO DESTE ANO SÃO UM ALERTA

Mais de duas mil queixas de violência doméstica em 2010

■ TEXTO ■ ANAMAIA
■ ana.m.maia@24horas.com.pt

O número de queixas de violência doméstica tem aumentado todos os anos. O *24horas* apurou que só nos dois primeiros meses deste ano, Janeiro e Fevereiro, já foram feitas 2433 queixas de violência doméstica nas esquadras da PSP. Um número que não espelha a realidade, já que os dados ainda não estão recolhidos na totalidade e, de fora da contagem, estão as participações feitas à GNR.

Além da história do menino de cinco meses que foi ontem enterrado (ver página ao lado), recordam-se ainda os episódios de violência que levaram à morte um bebé de 2 anos e a mãe, ambos mortos pelo pai que se suicidou em seguida, em Albergaria-a-Velha. Anteontem, um homem agrediu a mulher, em Coimbra, frente aos dois filhos. Já em Vila Nova de Paiva, a desgraça não foi maior porque os cartuchos da arma usados para disparar sobre a mulher e os três filhos não detonaram.

Em 2009, a PSP e a GNR registaram 30.543 participações de violência doméstica – 2625 diziam respeito a crianças com menos de 16 anos

Em 2009, a PSP e a GNR registaram 30.543 participações de violência doméstica, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna. Destas, 2625 diziam respeito a crianças com menos de 16 anos. De acordo com o mesmo documento em 12,1 por cento dos casos as vítimas eram filhos ou enteados dos alegados agressores.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em 2009, assinalou 610 crianças vítimas de crime. O que dá cerca de 12 por semana, numa média de duas por dia. Só a violência doméstica originou, junto daquela associação, 268 processos relativos a crianças até aos 10 anos – 68 delas não tinham mais de 3 anos.



Dados das forças de segurança referem que a maior parte das agressões ocorrem dentro de casa

"Há um aspecto importante que está muitas vezes presente. O espaço que é visto como o mais seguro, porque é a casa, revela-se muitas vezes o mais perigoso. Não só nos casos de violência física, mas também na sexual. São as pessoas mais próximas das crianças que perpetram os actos de violência", disse ao *24horas* Frederico Marques, da APAV.

"Na origem destes problemas estão situações de negligência, maus tratos, famílias desestruturadas, com problemas de desemprego, de carência ao nível das competências parentais básicas. Muitas vezes são situações que começam com negligência e facilmente passam a maus tratos ou sobre o outro elemento do casal ou em casos extremos as crianças são as vítimas directas do agressor", explicou ainda este responsável.

"Se para as vítimas as soluções são poucas, para os agressores não está nada estruturado para promover a mudança", acrescentou Frederico Marques.



ALCOBAÇA ■ CARLA SABIA QUE O FILHO, DAVID, DE 5 MESES, ERA AGREDIDO PELO PAI

Silêncio pode levar mãe a ser acusada

■ Mulher corre o risco de ser indiciada por cumplicidade no crime de maus tratos

● ANA ISABEL FONSECA/
/TÂNIA LARANJO

Carla Gonçalves, mãe do pequeno David de cinco meses, que na segunda-feira foi espancado até à morte pelo pai, em Alcobaça, pode vir a ser acusada de cumplicidade no crime de maus tratos. Tal como confessou ao CM, a mulher tinha conhecimento de que o marido, Alcindo, agredia o bebé, e nunca denunciou o caso. Carla, que também era vítima de violência doméstica, alega que o homem ameaçava que a matava se fizesse queixa à polícia.

“Caso se verifique que a mãe tinha conhecimento de que o bebé era vítima de agressões e nada fez, poderá vir a ser acusada de cumplicidade nos maus tratos, pois sabia do que se passava e não denunciou”, explicou ao CM o penalista Paulo Pinto de Albuquerque.

Carla não estava presente no dia do homicídio, por isso nunca poderá vir a ser acusada da morte. Mas, se a sua cumplicidade nos maus tratos for provada, será condenada por um crime cuja pena vai dos três aos dez anos. No entanto, a condenação será sempre atenuada. “A mãe agiu em cumplicidade, não houve agressões directas, logo, a pena será sempre reduzida. Mas, caso as ameaças fiquem provadas, tal pode atenuar ainda mais a condenação, ou mesmo ilibar a mãe de qualquer culpa”, disse o penalista.

A autópsia ao corpo revelou que



Carla não aguentou a dor quando anteontem viu o filho, David (foto peq.), ser enterrado

Q PORMENORES

● PRISÃO

Alcindo Cabral, pai do pequeno David, foi detido na segunda-feira, horas depois do crime, pela Polícia Judiciária. Ouvido por um juiz de instrução criminal, o homem, de 23 anos, ficou a aguardar julgamento em prisão preventiva.

● TRÊS HORAS

O homicida deu o alerta à mulher, a uma cunhada e à mãe para o que se estava a passar cerca de duas a três horas depois de o menino morrer. Quando os bombeiros chegaram ao local do crime, o corpo do pequeno David já se encontrava frio.

● VIVIAM JUNTOS

Carla e o marido viviam juntos há dois anos. No início da relação, o casal morou durante sete meses na casa dos pais de Alcindo, mas depois mudou-se para a residência onde estavam atualmente. Há dois meses casaram-se.

o menino era alvo de agressões reiteradas há algum tempo. Algumas das marcas que o bebé apresentava seriam de agressões que terão acontecido há cerca de um mês, altura em que Alcindo espancou o filho e o tratou com pomadas caseiras. Na segunda-feira, o pai agrediu mais uma vez o menino. Quando os bombeiros chegaram ao local, encontraram David já sem vida. Tinha os olhos negros e vários ferimentos na face, no nariz e na cabeça. O bebé não estava sinalizado pela Comissão de Protecção de Menores, e na polícia nunca houve registo de qualquer queixa contra Alcindo. ■

13 mortes de 2000 a 2007

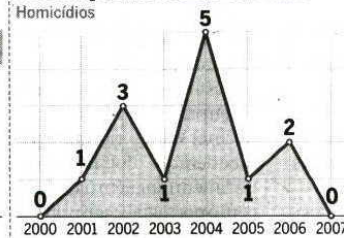
Entre 2000 e 2007, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou a morte de 13 menores, vítimas de maus tratos. No ano passado, o número de actos de violência contra crianças e jovens atingiu os 50 casos por mês, totalizando as 611 situações. Destas, o crime de violência doméstica representa a maior parcela, com 551 situações verificadas. As restantes vítimas foram alvo de outros crimes. ■ A.P.

Violência

50 crianças por mês vítimas em 2009



13 crianças mortas em oito anos



Fonte: Elaboração própria

CORREIO DA MANHÃ



Câmara de Rio Maior atribui subsídio a Associação de Apoio à Vítima

A Câmara Municipal de Rio Maior atribuiu um subsídio de 200 euros ao Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Santarém, como forma de suportar as despesas financeiras desta unidade da Associação de Apoio à Vítima (APAV) no auxílio aos casos de crimes de violência doméstica sinalizados no concelho. Segundo

Sara Fragoso, vereadora com o pelouro da acção social, este gabinete tem prestado apoio a 48 utentes de Rio Maior, argumento que serviu para justificar a atribuição do subsídio, uma vez que a autarquia tem por norma ajudar apenas as organizações sediadas no concelho. A decisão foi tomada por unani-

midade na última reunião pública da autarquia, realizada a 29 de Março.

O executivo municipal tomou também em conta o facto de não existir no concelho nenhuma outra instituição de apoio à vítima, à excepção do GAV de Santarém.

Este organismo está “permanentemente em ar-

ticulação com os serviços locais de acção social na identificação e no acompanhamento dessas situações, como é o caso da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens”, acrescenta uma nota de imprensa da autarquia, que elogia o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por esta estrutura.

Governo aproveita nova geração de dispositivos tecnológicos para controlar presenças indesejadas.



A vigilância electrónica continuará a ser aplicada em substituição da prisão preventiva
Manuel Roberto (arquivo)

A evolução dos novos equipamentos de vigilância electrónica vai facilitar a utilização de pulseiras na prevenção da violência doméstica e no cumprimento de penas. O secretário de Estado da Justiça, José Magalhães, anunciou ontem que o Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que consagra novas aplicações do controlo remoto colocado ao serviço do sistema judicial há cerca de dez anos.

Segundo a proposta ontem aprovada, as pulseiras electrónicas vão ser usadas na fiscalização da pena de prisão efectiva em regime de permanência na habitação, da liberdade condicional e de medidas e penas determinadas para a protecção das vítimas de violência doméstica.

José Magalhães, citado pela agência Lusa, salientou que "é hora de dar lugar a outras inovações". "Depois das pulseiras electrónicas, estamos agora em condições de utilizar outras tecnologias, que não a radiofrequência, avançando-se no controlo remoto de pessoas privadas de liberdade através do reconhecimento de voz", disse.

O secretário de Estado da Justiça disse ainda que a vigilância electrónica continuará a ser aplicada em substituição da prisão preventiva, mas também na execução de penas. "Estamos a falar de penas de privação da liberdade já decretadas pelo tribunal e de aplicação destes equipamentos em situações de adaptação à liberdade condicional, conseguindo-se assim que a pessoa nestas circunstâncias seja acompanhada no seu quotidiano electronicamente. Isto permitirá um maior controlo do seu plano de reinserção", defendeu Magalhães.

O governante sublinhou que a nova geração de equipamento da vigilância electrónica facilita a intensificação da "protecção das vítimas de violência doméstica", já que estes equipamentos poderão garantir que se cumpram as proibições de aproximação decretadas aos agressores. Esta era, recorde-se, uma lacuna que colocava em risco as vítimas da violência doméstica, além de que o seu uso até aqui tem sido escasso: em 2009, as pulseiras foram aplicadas em apenas três casos de violência doméstica.

Além disso, acrescentou José Magalhães, a ampliação dos meios de vigilância electrónica vai assegurar um "conjunto de inegáveis vantagens". "Haverá vantagens para a pessoa privada de liberdade, que poderá ter novas oportunidades de ressocialização e que é afastada do meio prisional, mas também para o Estado, já que se agilizam os meios de acompanhamento das sanções decretadas pelos tribunais", sustentou.

No ano passado, a utilização de pulseiras electrónicas para garantir a permanência em habitação foi aplicada em 497 casos; a execução de pena de prisão efectiva em regime de permanência na habitação aplicou-se em 189 casos; e a adaptação à liberdade condicional usando pulseiras em 57 casos.

A obrigação de permanência na habitação é uma medida de coacção com impacto positivo para os arguidos e para a taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais. A Direcção-Geral dos Serviços Prisionais contabilizava, no passado dia 1, 11.246 reclusos, 20 por cento (2264) dos quais eram presos preventivos: 1662 a aguardar julgamento e 602 o trânsito em julgado da condenação.



Instituições vão ter mais benefícios fiscais

Ao preencher a declaração de impostos, os contribuintes podem fazer reverter 0,5% do IRS a favor de uma causa social

Sara Felizardo

sara.felizardo@sol.pt

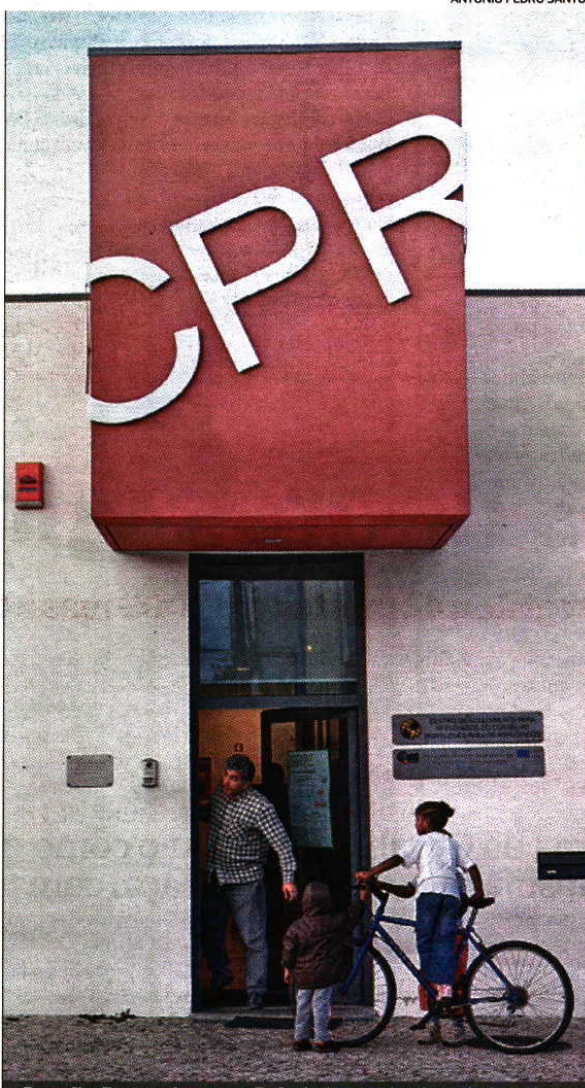
AS INSTITUIÇÕES Particulares de Solidariedade Social (IPSS) já vão poder beneficiar, em 2011, da devolução do IVA e da consignação dos 0,5% do IRS, o que até agora não era permitido por lei. Este ano, ainda são obrigadas a optar apenas por um destes benefícios fiscais.

«A decisão não é fácil e exige muita ponderação», afirma o director-executivo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), João Lázaro, fazendo a analogia entre a possibilidade de beneficiar dos donativos de solidariedade efectuados através das declarações de IRS ou do reembolso do IVA. «Uma coisa não deveria implicar a outra, são fins completamente distintos. É como perguntar a alguém se prefere os morangos ou o *chantilly*», reforça o responsável da APAV.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima nunca fez parte das entidades beneficiárias do IRS, uma vez que nos últimos anos tem vindo a investir no seu património, fazendo obras para melhorar as condições do centro de acolhimento e, feitas as contas, o reembolso anual do IVA parece ser a opção mais favorável e segura. «Desta forma, conseguimos ter uma noção mais exacta do valor que temos a receber e não dependemos somente do apoio dos nossos 'militantes'», atesta João Lázaro.

Donativos para a CAIS aumentam

Nem todas as organizações seguem o mesmo critério. A associação CAIS – instituição de apoio e reinserção de sem-abrigo – desde 2008 beneficia da consignação de 0,5% do IRS, registando uma tendência crescente no valor das verbas angariadas. Nesse ano, a CAIS contabilizou cerca de 16 mil euros em donativos atra-



Conselho Português para os Refugiados precisa de mais donativos

vés das declarações de rendimentos dos contribuintes, um valor que em 2009 aumentou para os 20 mil euros.

«Mas não haja ilusões: todo o dinheiro é encaminhado para os projectos em curso e, no final do ano, o saldo nunca é positivo», esclarece a coordenadora do Centro de Intervenção Comunitária da CAIS, Sara Pinto. Esta responsável salienta, ainda, que é «muito gratificante verificar que os donativos têm vindo a aumentar. Há, finalmente, a consciência de que o simples gesto de assinalar uma cruz pode fazer toda a diferença».

O mesmo já não acontece com outras organizações, como é o caso do Conselho Português para os Refugiados (CPR), cujas verbas angariadas pelos donativos do IRS são «muito pouco expressivas e insuficientes para colmatar as dificuldades financeiras» da instituição – que tem como objectivo apoiar os refugiados que chegam ao nosso país, acolhendo-os e inserindo-os na sociedade.

Quanto ao Refúgio, associação de acolhimento temporário para crianças menores de cinco anos, o responsável Luís Villas-Boas diz nunca ter recebido os montantes relativos

às doações feitas pelos contribuintes através das declarações de IRS.

Dinheiros que nunca chegam

Este ano, o Refúgio – que acolhe noventa crianças em risco –, não consta da lista de beneficiários da consignação dos 0,5% do IRS, devido a um atraso na entrega do requerimento junto do Ministério das Finanças. No entanto, Luís Villas-Boas, afirma que mesmo em anos anteriores – quando ainda integravam esta lista –, «nunca foi recebido nem um centavo». «Há milhares de pessoas a fazer doações por esta altura, até porque têm a oportunidade de ajudar sem pagar mais nada por isso, mas em muitos casos as instituições acabam por nunca receber os montantes que lhes estão destinados, como é o caso da nossa associação», acrescenta.

Por seu lado, a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a Fome ainda desconhece o valor dos donativos do ano passado. «O Ministério das Finanças não nos informou sobre a quantia que temos a receber relativamente às consignações feitas há um ano», garante a presidente do Banco Alimentar Contra a Fome, Isabel Jonet.

De modo a combater estes problemas, as instituições defendem a criação de um mecanismo que faça a ligação entre os contribuintes, as associações e as próprias finanças, tornando estas operações mais transparentes. Também o fiscalista João Gama afirma que «não existe qualquer razão para o sigilo fiscal nesta matéria». Este fiscalista defende que só se ganha transparência quando é levantado o sigilo.

Contactado pelo SOL, o Ministério das Finanças não deu qualquer esclarecimento sobre este assunto.

Nuno

Azinheira

Director



Vergonha encapotada

Maria, Conceição, Tânia, Sandra, Sara, Laura, Marília, Deolinda, Cláudia, Liliana, Otilia. A lista não termina aqui. Estes são os nomes de algumas das 26 mulheres que foram mortas em 2009 pelos seus companheiros. Mulheres que viveram o inferno dentro da sua própria casa, traídas pelos homens que prometeram amá-las e respeitá-las "na alegria e na tristeza, na saúde e na doença".

A violência doméstica é um crime público. A obrigação de qualquer um é denunciar. O silêncio é a mais cobarde cumplicidade

O assunto é grave e não vale a pena enterrar a cabeça na areia. De acordo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, foram registados no ano passado 15.904 crimes de violência doméstica (90% dos crimes registados pela APAV). A esmagadora maioria das vítimas (86%) são mulheres,

com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos (41,9%). Quase 45% das vítimas são casadas e mais de 47% vivem numa família nuclear com filhos. Vivem nas grandes cidades e mais de um terço tem o seu próprio trabalho.

É esta realidade, esta vergonha encapotada, que vale a pena denunciar. O silêncio é, afinal, a mais cobarde das cumplicidades. ▀

Música / Jazz Blues



Ensemble Escola Luís Villas-Boas

23 Abr: 19h

Apesar do histórico Hot Clube na Praça da Alegria em Lisboa se encontrar temporariamente encerrado, a actividade lectiva da sua escola de jazz, a Escola Luís Villas-Boas, não tem parado. O Espaço APAV & Cultura vai acolher uma actuação de um grupo de alunos: Joana Alegre (voz); Nuno Marinho (guitarra); Ricardo Toscano (saxofone alto); Miguel Amorim (piano), Francisco Brito (contrabaixo) e Pedro Madeira (bateria). Este é a formação que foi escolhida para representar a Escola Luís Villas-Boas na 8ª edição da Festa do Jazz do São Luiz.

Informações Úteis: Entrada livre

 Voltar

Espaço APAV & Cultura

Endereço: Rua José Estêvão 135-A, Piso 2 1150-201 Lisboa

Telefone: 213 587 915



Toda a forma de violência é um atentado contra a dignidade humana!

A violência pode definir-se como "uma transgressão aos sistemas de normas e de valores que se reportam a cada momento, social e historicamente definido, à integridade da pessoa." Esta definição remete o seu significado não apenas para a natureza e força do agente agressor, mas também para as vítimas da violência. Pressupõe um quadro de valores, um contexto histórico determinado (espaço e tempo), uma situação específica, bem como, a percepção da vítima relativamente ao acto de violência – o significado que a vítima atribui ao acto, considerando-o ou não violento. Vítima é "uma pessoa que sofre devido a acção ou agente destrutivo ou injurioso."

Os actos de violência poderão ocorrer em vários locais: espaços públicos, locais de trabalho, espaços não discriminados ou no espaço casa – família, sendo este último o que corresponde essencialmente à violência doméstica.

A família é considerada como um espaço de protecção, acolhimento, refúgio, e o local privilegiado para a expressão dos afectos; porém, dado o clima de confiança para a manifestação de comportamentos, por vezes, a família constitui-se como um espaço de paradoxos, em que, a violência e agressividade se revelam com uma intensidade e gravidade tal, maior do que em qualquer outro espaço social. As vítimas passam assim por uma situação de dupla vitimização, não apenas pelo acto de violência em si, mas também pelo facto deste ter ocorrido num espaço onde à partida, se devia esperar maior segurança e protecção.

A "Violência doméstica é o termo que designa a violência no seio do agregado familiar". É o comportamento agressivo e violento, adoptado por um indivíduo, com o fim de exercer poder, controle ou domínio sobre outra pessoa, resultando em consequências que se repercutirão na vítima a curto, médio ou longo prazo.

Segundo várias fontes, as denúncias de Violência Doméstica têm aumentado consideravelmente nos últimos anos. Fala-se muito em violência doméstica, mas não se fala no "factor número um da violência doméstica". A percepção deste problema pode ser assustadora, pois 70 por cento da nossa violência doméstica está relacionada com o consumo de bebidas alcoólicas.

As mulheres perceberam que os homens estavam a embebedar-se e entretanto colocaram os sonhos, o chá e o café na mesa! E até prepararam as chávenas com o café e o açúcar para os homens irem bebendo e ajudar a passar a bebedeira... mas o pai, não quis o café, preferiu continuar a beber cerveja. Lá terá a mãe que conduzir até casa mais uma vez, porque pai já não estava em condições de conduzir com segurança!

A violência doméstica tem sido uma constante ao longo da história. Não se consegue circunscrevê-la apenas a uma determinada época, região, classe social ou grau de instrução. Trata-se de um fenómeno que tem acompanhado sociedade, como memória triste a exigir purificação e acção.

No passado havia a concepção de que o homem era o dono da sua família e a mulher era "escrava" e propriedade do marido, não lhe sendo conferidos quaisquer direitos na sociedade, nem defesa em relação aos maus-tratos conjugais. Porém, com o tempo esta situação foi-se alterando e a mulher passou a ser mais autónoma na sua esfera de acção, passou a ter igualdade de direitos, e a ser objecto de protecção do estado.

A principal vítima de Violência Doméstica é quase sempre a mulher, e o agressor é quase sempre o homem, servindo as estruturas da sociedade de confirmação de base para esta desigualdade. A violência contra as mulheres é resultado da crença, que há em muitas culturas, de que o homem é superior e que a mulher que com ele vive é objecto de posse, que ele tratará como muito bem quizer.

O pai exaltou-se, a agressividade apoderou-se dele e começou a bater na mãe, que chorava e tentava defender-se. Eu e o mano tentámos separá-los e magoámo-nos também. O pai parecia louco, estava fora de si... a mãe continuava a chorar e fugia para o primeiro andar, o pai foi atrás dela, deu pontapés na porta do quarto onde estava a mãe e estragou-a...

É um problema de dimensão universal que atravessa fronteiras de ordem social, cultural, económica, étnica ou religiosa, afectando aos mais diversos níveis, os indivíduos de um determinado contexto. As vítimas podem ser ricas ou pobres, socialmente desfavorecidas ou não, politicamente influentes ou não.

A ocultação da Violência Doméstica – pela sua não percepção ou, pela dificuldade de denúncia por ocorrer na esfera familiar privada, onde supostamente deveria ser um espaço de bem-estar e segurança – é um dos principais factores que tem impedido um conhecimento mais profundo sobre a sua natureza e as dimensões. Tendo-se mantido ao longo dos tempos como um assunto reservado ao universo da família, só recentemente a Violência Doméstica veio a constituir-se como objecto de estudo das ciências sociais e humanas, trazendo à superfície diferentes realidades, assim como diversos autores e organizações envolvidas.

É difícil estimar a incidência actual da Violência Doméstica. Os dados são obtidos através de participações de ocorrências (queixas voluntárias, inquéritos) por parte da vítima, assim como de familiares, amigos, polícia, serviços de saúde, centros de assistência social organizações, entre outros.

Existem poucas estatísticas disponíveis; as vítimas negam muitas vezes a existência do problema, temendo que a sua admissão ponha em risco a integridade familiar. Segundo a ONU, "as estatísticas recolhidas a partir de registos policiais e de outras fontes oficiais, demonstram que a agressão conjugal é um problema real, mas não revelam a sua verdadeira dimensão. A vítima muitas vezes mostra-se relutante em apresentar queixa de violação, porque: sente vergonha, sente receio e possui um sentimento de lealdade familiar. "Preferem guardar segredo e considerar que o facto não é significativo, em vez de denunciá-lo.

A dimensão actual da Violência Doméstica pode, nalguns casos, nunca vir a ser conhecida, mas é evidente que essa violência é parte integrante da dinâmica de muitas famílias, tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos.

Ao longo dos anos, a Violência Doméstica tem vindo a revelar uma tendência crescente. Trata-se de um problema complexo que requer a coordenação e conjugação de esforços entre pessoas de vários sectores profissionais (saúde, educação, religião, serviço social, sistema de justiça criminal, apoio jurídico e legal, entre outros) e a comunidade (organizações e grupos comunitários, abrigos/refúgios para vítimas de violência) no sentido de: reconhecer a complexidade do fenómeno e suas consequências; intervir eficazmente; conhecer os serviços e recursos existentes ao longo do país; entre ajudar, satisfazer as diversas necessidades que a vítima sente; descobrir maneiras de congregar esforços, para uma prestação eficaz e coordenada, de serviços de apoio à vítima.

Segundo a ONU para pôr fim à Violência Doméstica, terá que se recorrer a um conjunto de acções concertadas entre governos, instituições de cariz social e profissionais das mais variadas organizações.

Qualquer vítima de Violência Doméstica tem o direito de ser informada sobre o que poderá ajudá-la a pôr-se a salvo. As pessoas que são vítimas de crime, muitas vezes não sabem, ou têm dúvidas sobre o que fazer. Necessitam de alguém, que de uma forma amiga e solidária, as possa escutar, compreender e ajudar.

Existem algumas instituições de apoio que podem dar uma pequena grande ajuda a estas pessoas nomeadamente, a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), AMCV (A Associação de Mulheres Contra a Violência).

Actualmente a violência doméstica é considerada um crime público, por conseguinte, qualquer pessoa pode denunciar esta situação. O aforismo popular de que «entre marido e mulher não metas a colher», foi definitivamente ultrapassado, pois a violência doméstica é um flagelo social que todos nós devemos combater.

A família sabe e questiona, assim como os amigos da família, mas não fazem nada, porque pensam "entre marido e mulher não se mete a colher". E nós também não teríamos a coragem de denunciar às entidades competentes esta situação, afinal é um problema da nossa família e é entre nós que o temos que resolver...

Presidente da APPACDM acusado de agredir deficiente à paulada

Denúncia feita à Polícia fala em violência "abominável" sobre utente da delegação de Anadia

2010-04-17

MIGUEL GONÇALVES

O presidente da APPACDM de Anadia é acusado de ter agredido a pontapé e à paulada uma utente, deficiente mental. A denúncia foi feita à GNR, que já entregou o caso ao Ministério Público. O crime de maus tratos prevê uma pena de prisão efectiva até cinco anos.

"O que o senhor Acácio Lucas fez àquela mulher, que infelizmente é deficiente e não se pode nem sabe defender, foi cruel. Não se faz. É bárbaro, foi um acto desumano", disse ao JN, ontem, uma funcionária da delegação de Anadia da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), uma das profissionais daquela instituição de solidariedade social que denunciou o caso às autoridades.

Na denúncia que seguiu ontem para o Ministério Público, entregue pela GNR de Anadia, documento a que o JN teve acesso, é referido que tudo terá acontecido na passada segunda-feira, dia 12, ao final da tarde. "Há três auxiliares que assistiram às agressões e que estão dispostas a testemunhar em tribunal. E o que elas dizem é que a utente, de 48 anos, que mal se percebe o que diz, exigia trocar de roupa. Num primeiro momento, o senhor presidente terá achado piada e com um pau terá até brincado com a deficiente, batendo-lhe como que por brincadeira. Mas depois as coisas entraram num registo de agressão, com o senhor Acácio Lucas a ordenar que a utente se dirigisse ao seu quarto, pedindo que ela fosse atada e ter-lhe-á desferido pontapés e pauladas", afixam as denunciante.

As mesmas fontes contam que a deficiente agredida "começou a sangrar, atingindo algum desse sangue as mãos do presidente da APPACDM".

"A pobre coitada ficou num estado deplorável, com contusões nos braços e na zona dos olhos. As pisaduras que vemos nas fotos que lhe foram tiradas são a prova da brutalidade", afirma outra das denunciante, que não percebe "como é que os familiares foram de imediato buscar a utente à instituição, mostraram-se super indignados e depois, não se sabe bem porquê, voltaram a entregar a vítima na APPACDM".

Outro aspecto que indignou alguns funcionários foi o facto do seu presidente ter alegadamente proibido as auxiliares que presenciaram as agressões de chamar a assistência médica. "Ele terá ameaçado que ou ficavam caladas ou sofreriam as consequências. E como isto está muito mal de empregos, as senhoras, com medo, calaram-se", disse a mesma fonte, acrescentando que "esta situação abominável criou mal-estar e revolta entre os funcionários".

Segurança Social vai actuar

Ao JN, a responsável pela Segurança Social no distrito de Aveiro, Helena Terra, garantiu desconhecer o incidente, mas prometeu agir de imediato. "Coisas destas não podem acontecer em instituições nossas parceiras, subsidiadas pela Segurança Social. Vou já accionar os mecanismos de fiscalização para apurar os factos e agir de acordo com a Lei", assegurou.

Natália Cardoso, responsável pela delegação de Coimbra da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), entende que "este caso configura um crime de maus tratos, previsto no Código Penal (artigo 152, alínea A), com uma pena de prisão entre um a cinco anos". "É um acto condenável, mais, ainda, tendo sido perpetrado por pessoa que devia era cuidar dos utentes", disse.

O JN contactou um familiar da agredida, que se recusou a comentar o sucedido. O mesmo aconteceu com Acácio Lucas, que disse estar de "baixa médica" e reservou para mais tarde eventual reacção.



Audição sobre armas e violência

Pretende «ouvir as pessoas para conhecer os caminhos do combate à violência».

O Observatório Sobre a Produção, Comércio e Proliferação de Armas Ligeiras da Comissão Nacional Justiça e Paz, promove no hoje, dia 24 de Abril, das 10h00 às 17h00, a Audição «As "Armas" da Violência».

A iniciativa pretende "ouvir as pessoas para conhecer os caminhos do combate à violência". Decorre na Fundação Cidade de Lisboa (Campo Grande).

O encontro apresentará perspectivas sobre esta temática do ponto de vista das vítimas - Maria Joana Marques Vidal, Presidente da APAV; dos agressores - José Reis, Jurista e desportista internacional; da Escola - Félix Bolaños, Presidente do Agrupamento de Escola da Apelação; das Forças de Segurança - Intendente Francisco Bagina, Representante da PSP; das Prisões - Padre João Nogueira, Capelão Prisional; da Reinserção Social - Manuel Mendes.

Os comentários estão a cargo de Tatiana Moura, do Núcleo de Estudos para a Paz da Universidade de Coimbra, e de Maria Clara Albino, Jurista

O Observatório Permanente sobre a Produção, Comércio e Proliferação das armas ligeiras criado pela Comissão Nacional Justiça e Paz em finais de 2004 iniciou as suas actividades com uma breve investigação caracterizando a ligação da proliferação das armas ligeiras à violência urbana e aos casos de crime organizado em Portugal e no mundo.



Justiça Redes sociais cada vez mais usadas para vários tipos de crimes

Polícia revela que aliciamento de menores na Net está a subir

Menores entre os 10 e os 15 anos são o grupo que mais utiliza a Internet: 92,7%. Riscos estão à espreita

Mariana Oliveira

● Entra-se num *site* de conversação para falar com os amigos. Um desconhecido mete conversa. Acha-se graça. Responde-se. Aos poucos a relação vai crescendo e, em pouco tempo, partilham-se histórias e fotos. Mas do outro lado da linha pode nem sempre estar alguém com boas intenções. Um abusador ardiloso, um assaltante interessado em informações da casa de família ou um traficante que alimenta uma rede de exploração laboral. Tudo casos reais.

A maioria dos aliciamentos através da Internet são de cariz sexual e vários inspectores da PJ ouvidos pelo PÚBLICO acreditam que estão a aumentar. Como tem aumentado o acesso dos mais novos a este meio de pesquisa e conversação. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, os menores entre os 10 e os 15 anos são os que mais utilizam a Internet. Em 2008, neste grupo etário eram 92,7 por cento os que indicavam utilizar a Net, contra 87,4 na classe dos 16 aos 24 e 69,5 na dos 25 aos 34. O número desce para 5,2 por cento no último grupo etário dos 65 aos 74 anos.

Em 2005, apenas um terço dos menores entre os 10 e os 15 anos afirmava utilizar a Internet "todos ou quase todos os dias", uma percentagem que subiu para 55 por cento em 2008.

Aumento de participações

O aumento de participações, acreditam os investigadores, é sinal de uma maior consciencialização de todos, sobretudo dos pais, que na maior parte das vezes denunciam os casos. "Muitas vezes os menores nem se apercebem que estão a ser vítimas de um abuso", explica o inspector-chefe da Direcção do Centro da PJ, Camilo Oliveira, coordenador do departamento que investiga os abusos sexuais. É que quando se fala de abusos não está implícito necessariamente o contacto físico. "Podem ser exhibições através da câmara web, a entrega de fotografias íntimas ou a pura existência de conversas de cariz sexual entre um adulto e um menor de 14 anos", exemplifica.

Para sensibilizar os menores para os riscos da Internet, especialmente

para os aliciamentos sexuais, a Direcção do Centro da PJ assinou em Maio de 2007 um protocolo com a Direcção-Regional de Ensino do Centro. "Vamos às escolas explicar os riscos da Internet aos menores, aos professores e aos pais", concretiza Camilo Oliveira, que contabiliza 40 acções por ano. No Porto também foi feito um protocolo com a Direcção-Regional de Ensino do Norte, mas o objecto é a sensibilização para os crimes informáticos, desafiando fenómenos como o *pishing* (técnicas de acesso ilegítimo a contas bancárias movimentadas por Net) ou as burlas através da Net.

Falta de dados

Em 2007, a PJ registou 67 casos de pornografia infantil via Net e das mais de 500 participações de abusos sexuais feitas nesse ano, 12 por cento eram relativos a crimes praticados através da Net. Camilo Oliveira não quer avançar um número mas garante que "uma boa parte" dos abusos sexuais que entram na sua direcção, já decorre de aliciamentos feitos através da Internet. Outros inspectores dão o mesmo testemunho e um até revela que o ano passado foi detido um pedófilo que abusou de uma menor logo no primeiro encontro, combinado através de um *site* de conversação. A PJ dispõe de dados, mas estes não foram disponibilizados em tempo útil. Já a Procuradoria-Geral da República diz que não dispõe de elementos "por ausência de um sistema informático capaz, já prometido mas ainda não criado".

Helena Sampaio, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, mostra-se preocupada com este fenómeno e aconselha os pais a acompanharem mais os filhos na utilização das novas tecnologias. "Não vale a pena proibi-los de ter acesso à ferramenta, mas alertá-los para os perigos que eles correm com determinado tipo de utilização", afirma a psicóloga. Crianças isoladas, com problemas de socialização e de auto-estima estarão mais vulneráveis a este tipo de aliciamento. Aos pais, Helena Sampaio sugere que façam algumas simulações de algumas situações de risco, para perceber se os filhos respondem da forma adequada e aconselhá-los se necessário.

O Café Triângulo, em Vizela, tem dois computadores que eram usados pelo rapaz raptado



Podemos confiar nas redes sociais de Internet?

Se tiver muitas amigas jovens, o Facebook pode bloquear-lhe a conta

● A rede social Facebook é actualmente o segundo *site* mais visitado em Portugal, antecedido apenas pelo motor de pesquisa Google, segundo dados da empresa de estatísticas online Alexa. O Facebook tornou-se também em pouco tempo no segundo *site* mais visitado em todo o mundo, acompanhando o aumento exponencial de popularidade que o universo das redes sociais registou nos últimos anos. Será esta adesão em massa dos que navegam diariamente na Internet correspondida com medidas de segurança adequadas e eficazes?

Curiosamente, o Facebook é dos serviços que mais medidas adoptou para combater situações indesejáveis. A mais recente tecnologia baseia-se em algoritmos desenvolvidos para analisar utilizadores com um grande número de pedidos de amizade rejeitados, ou ainda com uma elevada per-

centagem de jovens amigos do sexo oposto. Entre as medidas implementadas contam-se ainda filtros que analisam as fotografias alojadas no perfil de cada utilizador e um *link* para reportar contas consideradas impróprias (à semelhança do que acontece noutras

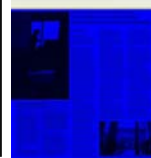


O Facebook tem 1,2 milhões de utilizadores activos em Portugal. À sua frente, só o motor de pesquisa Google

redes como o MySpace ou YouTube). O Facebook possui ainda um sistema que analisa as acções de cada utilizador e compara-as com o que é a norma, de forma a verificar caso a caso, através de uma equipa especializada, contas que estejam muito desfasadas das acções do utilizador típico.

Mas a mais recente sensação ao nível das redes sociais chama-se Chatterette e permite conversações em tempo real com estranhos via *webcam*. Criado no final de 2009, o serviço conta já mais de milhão e meio de visitantes diários. A única medida preventiva adoptada consiste em três pontos que adverte o utilizador quando este abre o *site*: devem ter mais de 16 anos, não podem despir-se e podem carregar no botão *report* para bloquear, durante poucos minutos, o acesso de um determinado utilizador ao *site*.

Tito de Moraes, especialista em segurança online e fundador do portal Miúdos Seguros na Net, diz que "a segurança a cem por cento é algo que não existe". Na sua opinião, a componente tecnológica é fundamental, mas deve ser sempre complementada pela vigilância "parental, educacional e regulamentar". **Hugo Mamede**



NELSON GARRIDO



Algumas recomendações

O que pais, filhos e professores devem fazer para uma navegação mais segura na Internet

Pais

O mais importante é ensinar os filhos a utilizarem a Internet de forma responsável, o que implica desde logo adverti-los para eventuais perigos (predadores sexuais, conteúdos impróprios ou roubo de dados) e estimular a criatividade e curiosidade das crianças: ensine-lhes que a Internet é um mundo mais rico que vai além das redes sociais ou salas de conversação. Procure ainda instalar uma *firewall* e filtros para prevenir acesso a informação não desejada. Tenha o computador na sala de estar e não no quarto e estipule um horário fixo para aceder à Internet.

Filhos

As conversas via Messenger ou em salas de conversação podem ser muito estimulantes mas também podem esconder perigos. Por

isso, nunca se deve responder a mensagens insinuas, obscenas, agressivas ou de teor sexual. Da mesma forma, é importante manter uma atitude desconfiada quando se está a comunicar com um estranho e não confiar informação pessoal (sejam dados sobre nome ou morada, sejam fotografias) ou acreditar em tudo o que é dito.

Professores

Estar ligado à Internet não significa ficar inundado de informação e, por isso, é importante ensinar os alunos a pesquisarem correctamente e a utilizarem as ferramentas certas: por exemplo, a Wikipedia para esclarecimentos e não como fonte de trabalhos; e a consulta de livros *on-line* ou as várias formas de utilizar a sintaxe dos motores de pesquisa para pesquisas mais apuradas. **H.M.**

Sequestrado no Porto e forçado a trabalhar na Galiza

Foi seduzido por uma mulher que se fez passar por uma rapariga

Reportagem

Ana Cristina Pereira

Solta-se a versão do rapaz de Vizela, há uma semana resgatado pela polícia numa cave imunda de Orense

● Chamam-lhe “SS”. Chamam-lhe “SS” ou “Sempre Só” ou “Serralheiro Solitário” e riem-se. Riem-se como se o isolamento não doesse. Quando o souberam desaparecido, alguns colegas da cooperativa de ensino que frequenta em Riba de Ave julgaram que se atirara ao rio. Não imaginaram que tivesse caído numa suposta rede de tráfico humano.

Fora “referenciado” na escola. Quão difícil seria chegar ao coração de um solitário rapaz de 15 anos, oriundo de uma família numerosa, carenciada, com um pai ausente, a trabalhar em Barcelona, e uma mãe um tanto alienada por algum consumo de bebidas alcoólicas? Uma mulher ter-se-á feito passar por uma miúda da sua idade. Paulo (nome fictício) “encontrava-se” com ela na Net. Primeiro, no seu INSYS, oferta do *e.escola*, programa pensado para facilitar o acesso dos alunos do 5.º ao 12.º ano à sociedade de informação. Depois, num dos dois computadores do Café Triângulo, a uns 50 metros de casa, mesmo à entrada da zona urbana de Vizela.

Algo não batia certo. Amiude, livrava-se das irmãs que com ele vivem — uma mais nova e outra mais velha — antes de descer o asfalto até ao café. Não gostava de usar o computador na presença de outros. Se alguém estivesse a usar um, abstinha-se de usar o outro. As más-linguas já se acotovelavam frente ao rapaz baixo, moreno. Pelos gestos delicados, julgavam-no a falar com alguém do mesmo sexo.

Naquela segunda-feira, 12 de Abril, saiu de casa cedo, como é seu costume em dias de aulas. Está a tirar um curso de educação e formação, que lhe dará equivalência ao 9.º ano e que poderá fazer dele um serralheiro mecânico. Não seguiu até à Didáxis, cooperativa de ensino. Em vez de ir às aulas, apanhou o comboio para o Porto, na ânsia de ver a amada. Na estação de comboios, olhou para um lado, olhou para outro: ninguém com um rosto igual ao que aparecia nas fotografias que ele tantas vezes contemplara. De repente, aproximam-se uma mulher e três homens. Conduziram-no, sob ameaça, a Santa Mariña do Monte, na zona rural de Orense, já do outro

lado da fronteira.

Isto mesmo contou, primeiro, à Polícia Nacional (Espanha), depois, à Polícia Judiciária (PJ) e, entretanto, a alguns vizinhos baralhados com as versões contraditórias que circulavam de boca em boca. Parte do jogo de sedução há-de estar no telemóvel e no portátil que esta quarta-feira, na GNR, mostrou à PJ.

Sai das aulas às 17h30 ou às 18h30 e apanha o autocarro perto das 19h. Naquela segunda-feira, a noite caiu e não entrou na casa de pedra caída e pintada de amarelo. Preocupada, a mãe cruzou o portão verde e virou à direita, em busca de um rapaz que também frequenta a Didáxis. O vizinho já chegara. Passavam uns minutos das 20h. O tio do rapaz, dono de um armazém situado na rua atrás, aconselhou-a a esperar mais um pouco. Por volta das 22h, levou-a à GNR. Escaldados com histórias de adolescentes que se atrasam ou escapam, os militares mandaram esperar. À meia-noite, a mãe e o vizinho tornaram ao posto — a tentar forçar diligências.

No dia seguinte, a notícia correu veloz. Um tanto conscientes da crueldade que reservam a Paulo, alguns colegas emudeceram. Teria posto fim à vida, como o miúdo de 12 anos que se atirara ao Tua? Naquele mesmo dia, telefonou à mãe a dizer que estava bem, que estava no Porto, que estava a trabalhar. A mãe tentou saber mais. A chamada foi cortada de forma abrupta.

Alguns vizinhos encontraram sentido: a família era apoiada, tivera sete filhos e perdera um; os três mais novos estariam ou já teriam estado debaixo de olho da protecção de menores. A PJ do Norte, porém, não se fiou na teoria da partida por vontade própria em busca de ganha-pão. A chamada ter-lhe-á, de resto, permitido perceber

que estava em Orense. Impunha-se pedir colaboração a Espanha.

Os espanhóis resgataram-no na quinta-feira, 15 de Abril. Dormia num colchão esfarrapado, fechado numa cave, rodeado de sujidade, de desperdícios, de sucata. Terá sido forçado a trabalho árduo. Quem vivia perto nem desconfiava e tê-lo-á visto embrenhado em tarefas diversas.

Aquela era a casa de um casal metido consigo próprio. Empenhado na recolha de sucata, faria algum trabalho no campo, em Monterrei, outro município da província. E, numa quinta, ali mesmo, em Santa Mariña do Monte, teriam coelhos, galinhas e outros animais domésticos.

Naquele dia, as autoridades detiveram o casal e um homem que terá colaborado no alegado sequestro — os três aguardam, agora, julgamento no Estabelecimento Prisional de Pereiro de Aguiar, em Orense. Volvidos três dias, detiveram um irmão de um deles, em Madrid. A PJ e a PN investigam eventuais ligações entre este caso e casos de tráfico de pessoas para exploração laboral ou mesmo escravatura protagonizados por indivíduos que se movem entre Portugal e Espanha e que tanto usam documentação portuguesa como espanhola.

À entrada de Vizela, já não há pachorra para jornalistas. Familiares e pessoas próximas — como a vizinha que faz as vezes de encarregada de educação de Paulo e auxilia a família conforme pode — têm indicações da PJ para não falar. E acusam desgaste com o tratamento que o caso mereceu. Na escola, continuam a chamá-lo “SS” ou “Sempre Só” ou “Serralheiro Solitário”. Às vezes, no recreio, as raparigas rodeiam-no, agarram-no, acompanham-no. Só para rir.

NELSON GARRIDO



O rapaz saiu de casa de manhã e apanhou o comboio para o Porto

Gravidez na adolescência implica novas responsabilidades que são incompatíveis com as actividades ditas normais dos jovens

APAV recebe pedidos de ajuda de adolescentes grávidas por serem vítimas de violência pelos namorados

FOTO: DIREITOS RESERVADOS

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) é uma instituição particular de solidariedade social, pessoa colectiva de utilidade pública, que tem como objectivo estatutário promover e contribuir para a informação, protecção e apoio aos cidadãos vítimas de infracções penais.

As realidades jurídicas são obviamente diferentes de país para país, e as opções em termos de serviços públicos ou associações privadas diferem também, mas as questões éticas e deontológicas na prestação de serviços aos cidadãos vítimas de crime são convergentes, e assentam em alguns pilares fundamentais:

1. O apoio à vítima de crime é acção necessária e fundamental para o equilíbrio da comunidade e para a pacificação social;

2. Cada vítima deve ser tratada de forma individualizada, já que a sua reacção ao crime e posterior reconstrução vivencial é muito variável e pessoal;

3. Os serviços devem ser gratuitos;

4. O acesso aos serviços e a qualidade de resposta deve pautar-se pelo princípio da igualdade, não havendo lugar para qualquer forma de discriminação.

Apoio Gratuito e Especializado

A APAV presta às vítimas apoio emocional e apoio especializado de forma gratuita e confidencial, reconhecendo que os utentes que recorrem aos seus serviços têm necessidades específicas, existindo por isso, intervenções especializadas a três níveis: Apoio Jurídico; Apoio Psicológico; Apoio Social

Este apoio é prestado por um conjunto de Técnicos de Apoio à Vítima devidamente formados e preparados para poderem prestar um apoio de qualidade e que responda adequadamente às diferentes necessidades das vítimas de crime, apoio a Adolescentes grávidas vítimas de crime

A gravidez na adolescência apresenta-se como um problema grave na Região Autónoma dos Açores visto que a taxa de incidência é superior à do continente. Quando os adolescen-

tes têm maturidade e suporte familiar, a gravidez não é acompanhada pelas instituições de carácter social, pelas CPCJ e pelos Tribunais.

No entanto as adolescentes grávidas que procuraram apoio na APAV referem ser vítimas de violência por parte dos namorados, em alguns casos a sua família não aceita a gravidez e por isso ficam sem qualquer suporte familiar ou então são adolescentes sinalizadas pelas CPCJ visto existirem suspeitas de possível comportamento negligente aquando do nascimento da criança (uma vez que uma gravidez na adolescência implica novas responsabilidades que, de uma maneira geral, são incompatíveis com as actividades ditas normais de um jovem)

Aquando dos pedidos de apoio efectuados por parte das jovens mães à APAV e após o diagnóstico efectuado pelo Técnico de Apoio à Vítima, conclui-se que por norma a procura de ajuda está associada à problemática da violência doméstica. A partir do momento que a jovem se encontra grávida, o alegado agressor assume poder sobre o filho, bem como sobre a adolescente. Em alguns casos estas jovens são coagidas pelo namorado a deixar a sua família e são acolhidas pela família de origem dele.

Algumas destas adolescentes recorrem aos serviços de saúde para o acompanhamento médico da gravidez mas noutras situações são os próprios familiares que tratam da adolescente recorrendo às conhecidas “mezinhas” desprovidas de resultados clinicamente comprovados.

A APAV informa sempre as CPCJ acerca da existência de uma gravidez sem acompanhamento médico e regularmente motiva as adolescentes a recorrer ao acolhimento em casas abrigo, nas quais para além de terem um ambiente seguro aprendem algumas competências a nível dos cuidados durante a gravidez, no pós parto e como cuidar do seu filho nos primeiros meses de vida.

Assim no decorrer dos anos de 2007 e 2008 a APAV promoveu os Cursos Básicos de Reforço e Competências Parentais compostos por 7 módulos nos quais estavam incluídos a alimentação da criança, higiene e conforto, prevenção de acidentes e doenças infantis, importância da vinculação mãe/bebé e planeamento familiar.

O Curso foi ministrado pela enfermeira e voluntária da APAV Ana Filipa Pascoinho, e foi desenvolvido nas instalações do Lar Filomena de Encarnação onde estavam acolhidas mães adolescentes encaminhadas pela APAV, pela Rede de Apoio à Mulher em Situação de Risco de São Miguel e pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ponta Delgada.

Todas as mães que frequentaram esta acção de formação tiveram um espaço apropriado para esclarecer as



20 ANOS
APAV

no Apoio diário
às Vítimas de Crime

suas dúvidas e atenuar os receios normais de quem vai ser mãe pela primeira e em idade precoce.

Preocupações Jurídicas das adolescentes grávidas

Em termos legais a maior dificuldade quando nos deparamos com uma situação de “ser mãe” na fase adolescente da vida é a quem pertencerá a guarda daquela criança que nasce.

Num primeiro plano há que distinguir as duas situações que ocorrem, tais como apenas a mãe é adolescente enquanto o pai é adulto ou na situação em que existe uma menoridade dos dois pais da criança.

No primeiro caso a situação poderá ser mais simples visto que se estabelece que o exercício das responsabilidades parentais deverá ser exercido pelo pai adulto nos termos do Artigo 1903º Código Civil.

No segundo caso torna-se mais complexa a situação em virtude de nenhum dos pais da criança poder exercer as responsabilidades parentais, porque em alguns casos não existe um casamento que emancipe estes menores.

De qualquer forma os Técnicos da APAV e o Tribunal de Família e Menores através da sua equipa multidisciplinar, analisam toda a situação sendo que, a sua actuação é regida sempre pelo superior interesse da criança.

***Assessoria Técnica da APAV Açores & Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada**



2009: 16 mortes por maus-tratos

- ▶ A cada hora, há três a quatro queixas de violência doméstica
- ▶ Domingo e segunda-feira são os dias com mais ocorrências

No ano passado, 16 pessoas morreram em consequência de violência doméstica, o quarto crime mais registado em Portugal.

De acordo com o relatório "Violência Doméstica 2009", da Direcção-Geral de Administração Interna, entre as 30.543 participações por violência doméstica às forças policiais houve "diversos casos em que os ferimentos foram graves". No total, registou-se "a morte de 16 vítimas".

Com "3 a 4 queixas por hora", a violência doméstica é o "segundo crime mais registado na tipologia de crimes contra pessoas".

As queixas subiram 10,1% face a 2008, concentrado nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro e Braga. Para a secretária

85%

das vítimas são mulheres, com uma idade média de 39 anos. Mais de metade é casada ou em união de facto, na maioria dos casos com o agressor

de Estado da Igualdade, Elza Pais, há distritos em que "o fenómeno permanece oculto", porque os números de queixas estão "praticamente estáveis, com aumentos muito ligeiros".

Junho e Agosto foram os meses mais críticos, com uma média de queixas diárias de 97-98. Os dias mais críticos são o domingo e a segunda-feira. **R.M. COM LUSA**



▶ Em 80% dos casos, as agressões são praticadas na casa da vítima

ISTOCKPHOTO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

156 querem aulas em vez de cumprir pena na prisão

por CÉU NEVES 26 Abril 2010



Tribunais do Porto suspenderam processo de 18 arguidos que vão sujeitar-se ao novo programa de reconversão, 43 esperam decisão e há 95 na lista de espera

Os juízes já suspenderam o processo a 18 arguidos por maltratarem as companheiras. Isto porque se comprometeram a frequentar o Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD), da responsabilidade da Direcção-Geral de Reinserção Social. Mais 43 estão em fase de diagnóstico e há uma lista de espera de 95, o que significa que 156 querem aulas para mudarem o comportamento. Isto através do tratamento de reconversão comportamental em 18 meses.

É este o primeiro balanço do Programa para Agressores de Violência Doméstica e que está a ser aplicado a título experimental no Grande Porto desde Setembro. Em seis meses, os juízes pediram a "suspensão provisória do processo ou a suspensão da execução de pena de prisão" de 156 arguidos, o que é classificado como "um sucesso" (ver caixa). No entanto, os responsáveis do programa remetem uma avaliação final para Dezembro de 2011, o fim do PAVD a título experimental.

O objectivo da nova medida é promover "nos arguidos a consciência e assumpção da responsabilidade do comportamento violento e a aprendizagem de estratégias alternativas àquele comportamento", explicam os técnicos da Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS).

Foram formados 40 técnicos de reinserção social para a aplicação do PAVD. São estes que fazem o diagnóstico de cada caso após proposta do juiz e, nesta primeira fase, avaliam os riscos de incidência com instrumentos técnicos, como o guião de entrevista semiestruturada. É nesta etapa que estão 43 arguidos, depois de terem sido dados pareceres positivos a 18.

O Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto já recorreu por duas vezes ao novo programa. Os critérios para a suspensão de um processo jurídico estão previstos no Código de Processo Penal e esta tanto pode ocorrer durante o processo como na sentença. "Estamos na fase do projecto-piloto e ainda é cedo para fazer uma avaliação. Suspendemos provisoriamente o inquérito a arguidos que se comprometeram a frequentar acções de sensibilização", disse ao DN a procuradora adjunta do DIAP Maria João Taborda, que acompanha processos de crimes por violência doméstica. O caso dar-se-á por concluído se o arguido cumprir o programa, caso contrário, segue para julgamento.

Os casos aceites pela DGRS são encaminhados para uma rede de suporte comunitário que integra instituições públicas e privadas de diferentes áreas, nomeadamente saúde, saúde mental e Segurança Social. É feita uma intervenção psico-educacional, a que se segue o "controlo de comportamento dos arguidos", medida que pretende contribuir para a diminuição dos riscos de incidência.

Segundo um responsável da DGRS, são cada vez mais os casos de violência doméstica que chegam aos tribunais. Dados do relatório de Segurança Interna mostra que em 2009 se registaram 30 543 queixas na PSP e GNR, mais 10% que em 2008. O Porto é o segundo distrito com mais queixas, 6562, logo a seguir a Lisboa (7522).



ID: 29899420

27-04-2010

Palestra pouco participada na Biblioteca Craveiro da Silva

APAV apela à denúncia da violência contra idosos

Daniel Lourenço
Avelino Lima

A violência contra idosos é um crime público e todos temos o direito e o dever de o denunciar, sempre que tivermos conhecimento da situação. Esta é uma das ideias-chave retiradas da palestra “violência contra idosos”, ontem proferida na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva por Marta Gonçalves, estagiária da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Pela importância do tema, a palestra merecia mais assistência, mas não contou sequer com duas dezenas de pessoas.

A palestra abordou a especificidade da situação das pessoas idosas relativamente à violência e as dificuldades que existem na rápida assistência e apoio social para estas pessoas com necessidades específicas e que vivem em contex-



Esta sessão foi pouco participada

tos muito próprios, onde, por norma, a dependência de terceiros é grande.

Na palestra foi abordada a necessidade de uma melhor

comunicação em rede e de grande proximidade entre todas as instituições que, de uma forma ou de outra podem lidar com os idosos, desde as

famílias, os lares, a Segurança Social, ou as forças da autoridade. Do debate resultou a ideia que, embora já se esteja melhor do que há uns anos,

ainda há um longo caminho a percorrer, nomeadamente em termos de burocracia que, por vezes, trava a necessária intervenção rápida.

Um dos presentes na plateia, agente da PSP, abordou a questão das situações de emergência que ocorrem de madrugada e a dificuldade que existe em dar abrigo à vítima, por falta de alternativas, decorrente de reduzida rede de parcerias – uma idosa ou idoso vítima de violência pode ficar a dormir numa cela de uma esquadra até ao despertar do dia.

Foi recordado na palestra que as vítimas de violência, em caso de emergência, podem ligar para o número de telefone 144: a linha de emergência social, que funciona todos os dias do ano, 24 horas por dia. A equipa do 144 procurará dar uma resposta no prazo de 24

horas a qualquer pessoa vítima ou em risco social.

Por sua vez, a APAV tem também um número telefónico de apoio às vítimas de violência (seja física, moral ou psicológica). A linha é a seguinte: 707200077. A APAV disponibiliza serviço de apoio social, psicológico e jurídico. O apoio jurídico, no caso dos idosos, é particularmente indicado para situações de fraude ou burla, ou ainda para episódios relacionados com Testamentos que, por vezes, são feitos ou alterados sob coacção de familiares mais novos da vítima, que nem sempre denuncia as situações por vergonha, ou medo de represálias.

Porém, de acordo com testemunhos deixados na palestra, a legislação acerca da protecção à pessoa idosa é muito dispersa e com várias lacunas.

ID: 29899420

27-04-2010

APAV abordou dificuldades na rápida assistência e apoio social

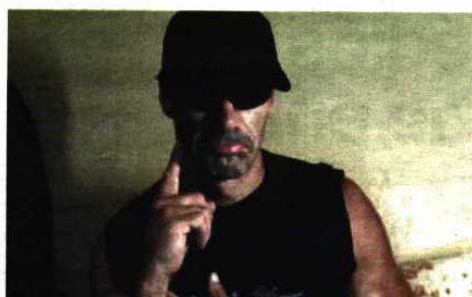
Violência contra idosos deve ser denunciada

AVELINO LIMA



p.5

A violência contra idosos é um crime público e todos temos o direito e o dever de o denunciar, sempre que tivermos conhecimento da situação. Esta é uma das ideias-chave retiradas da palestra "violência contra idosos", ontem proferida na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva por Marta Gonçalves, estagiária da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). A palestra abordou a especificidade da situação das pessoas idosas relativamente à violência e as dificuldades que existem na rápida assistência e apoio social para estas pessoas com necessidades específicas e que vivem em contextos muito próprios, onde, por norma, a dependência de terceiros é grande.



Algumas das muitas fotos de Ricardo P. numa das redes sociais que usava para atrair mulheres

D. R.

Violador do Facebook. Suspeito foi condenado por maus tratos à ex-mulher

Também foi condenado por ter uma arma ilegal, por falsificação de documentos e foi arguido por tráfico de armas, mas nunca esteve preso

AUGUSTO FREITAS DE SOUSA
augusto.sousa@ionline.pt

"C. e o marido deslocaram-se de férias à localidade de Mina de S. Domingos, em Mértola, onde por várias vezes, o arguido lhe desferiu pontapés, bofetadas e com um ferro bateu-lhe nas costas" - são descrições de uma das agressões de Rogério P. à mãe da sua filha de seis anos, com quem entretanto terminou a relação. É um dos factos dados como provados que levaram à condenação de Rogério P. por maus-tratos num processo em Sintra, o mês passado.

Mas esta não é a sua única condenação. Rogério P., que ontem saltou para as primeiras páginas dos jornais, detido preventivamente em Beja, suspeito de ter violado duas mulheres e de estar envolvido em tráfico de armas, conforme o *i* publicou, tem mais duas condenações no cadastro. Foi condenado por crime de detenção ilegal de arma em 2004 e falsificação de documentos em 2007. Tinha sido suspeito num processo de tráfico de armas - a polícia apreendeu-lhe várias - e é arguido num outro processo, suspeito do mesmo crime, que está no tribunal desde 2008, mas ainda sem decisão.

TESTEMUNHAS ACUSAM No Tribunal de Sintra está envolvido em quatro processos judiciais, um dos quais por agredir violentamente a mãe da sua filha. Nes-

te caso, que o condenou a dois anos de prisão com pena suspensa, o tribunal deu como provadas as agressões desde que começou a viver com C. Segundo a sentença, a mulher chegou a fugir de casa para a localidade de Paio Pires, mas Ricardo P. obrigou-a a regressar.

O tribunal provou ainda que agrediu a companheira com um objecto que parecia uma pistola e com um martelo desferiu-lhe uma pancada na mão. Quando viviam em Almargem do Bispo, Sintra, Rogério P. agrediu-a com um murro na orelha e na nuca enquanto C. estava a dormir.

C. disse ao tribunal que Rogério se sentia fascinado com armas e nunca recorreu ao hospital porque o próprio a proibia. As testemunhas no processo, vizinhas do casal, ouviram a vítima a gritar e uma delas chegou a levar C. à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Mais: uma das testemunhas sustentou em tribunal que emprestou uma casa a C., mas Rogério P. apontou-lhe uma arma obrigando-a a dirigir-se ao local onde

estava a mulher e a filha.

DIFÍCIL DE APANHAR A notícia da detenção de Ricardo P. foi ontem conhecida, mas o suspeito foi preso no dia 21 deste mês, junto da residência da actual companheira, na zona de Alcoentre. A Polícia Judiciária (PJ), que sabia que Rogério P. estava a dormir em casa dela naquele dia, esperou que saísse do edifício e abordou-o numa estrada secundária em direcção a Alcoentre. Não resistiu à detenção. No automóvel os agentes encontraram uma fissa que, bem manejada, pode matar.

A detenção do suspeito não foi fácil, uma vez que não pernoitava muitas vezes seguidas no mesmo local. Tinha residências no Prior Velho, em Sacavém, e nas Minas de S. Domingos, em Mértola. Logo depois da detenção foi levado para a PJ em Lisboa, onde duas alegadas vítimas o reconheceram. Segundo fonte judicial, as duas mulheres demoraram segundos a identificar Rogério P. como o violador. Uma delas soube descrever à PJ as duas moradas do suspeito.

O *modus operandi* passava pela utilização das redes sociais (bloqueou ontem todas as suas contas na internet), onde contactava com mulheres e, pelo menos em dois casos, é suspeito de ter obrigado as jovens, com pouco mais de 20 anos, a ter sexo com ele, segundo a investigação, sob ameaça de armas de fogo. As suspeitas podem vir a ser difíceis de sus-

tentar em tribunal, porque as duas vítimas terão de provar não só as violações, mas também o uso das armas. Todavia, no processo há registos de ameaças feitas através do computador e do seu telemóvel. Outra questão que a defesa pode vir a alegar é que houve coacção sexual (um a oito anos de cadeia) e não violação (três a dez anos).

Num dos casos, Ricardo P. marcou um encontro no Centro Comercial Vasco da Gama, em Lisboa, e foi com a jovem a casa de uns familiares da própria vítima perto de Montemor, no Alentejo. Mais tarde, segundo a investigação, consumou a violação numa casa que Rogério P. mantém em Minas de S. Domingos. Foi o Tribunal de Mértola que decretou a prisão preventiva, uma vez que o crime terá sido praticado naquela zona. Noutro caso em que é suspeito de violação conseguiu a morada depois de uma série de contactos na internet e terá consumado a violação em casa da vítima, na Amadora.

Ex-guarda nocturno e velho conhecido da PJ

●●● Há muitos anos que o suspeito é conhecido das autoridades policiais. Um agente da autoridade confirmou ao *i* que Rogério P., mais conhecido pelo seu último nome, chegou a ser guarda nocturno na zona do Bairro Alto e era suspeito de partir vitrinas de lojas para simular assaltos. O objectivo era conseguir mais clientela para a vigilância. Foi ainda funcionário da empresa de segurança Prossegur.

No processo em que é arguido por tráfico de armas, Rogério P. foi detido duas vezes. A primeira foi em Maio de 2006, mas o juiz entendeu que a preventiva não se justificava. Cinco meses depois foi detido pelo mesmo crime, mas mais uma vez o tribunal não decretou a medida de coacção mais grave.

Rogério P. foi acompanhado na PJ por um advogado, mas em Mértola foi-lhe distribuído um outro advogado, oficioso.

A investigação refere que antes da alegada violação, o suspeito teria visitado familiares da vítima

ID: 29928119

29-04-2010 | Algarve

ALJEZUR ■ AGRESSOR FOI PRESENTE A TRIBUNAL E SAIU EM LIBERDADE

Bate na mulher e ameaça GNR

■ Suspeito tem 29 anos e estava alcoolizado quando começou a cena de violência doméstica. Vítima tentou desculpabilizá-lo perante as autoridades

● ANA PALMA

Pouco passava da meia-noite de anteontem quando se começaram a ouvir os gritos e o ruído de mobiliário e louça a serem estilhaçados. Numa casa em Aljezur, vivia-se mais uma cena de violência doméstica. O agressor, um homem de 29 anos de idade, estrangeiro, foi detido pela GNR.

Segundo o CMa, pouco depois de fonte do Comando da Guarda na região, o alerta foi dado pelos vizinhos, que se aperceberam da situação. Quando os militares chegaram à habitação em causa, depararam-se com um cenário de 'batalha campal'. Havia cacos espalhados por todo o lado, a casa estava em desalinho e a mulher apresentava sinais evidentes de ter sido agredida pelo companheiro. Este aparentava estar alcoolizado. Apesar disso, a vítima ainda o tentou desculpabilizar, dizendo que "normalmente ele não é assim".

O homem reagiu com violência à presença da GNR. Começou por injuriar os dois militares da pa-

641 casos de violência doméstica na região em 2009



Agressor foi presente ao Tribunal de Portimão após ter passado o resto da noite nos calabouços da GNR

trulha e, em seguida, tentou agredir os dois militares. Foi, contudo, rapidamente dominado e detido, tendo passado o resto da noite nos calabouços do Destacamento de Portimão da GNR. Presente ao Tribunal durante o dia de ontem, saiu em li-

berdade, mediante Termo de Identidade e Residência. O caso passou a inquérito.

Segundo dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), na região algarvia registaram-se 641 casos de violência do-

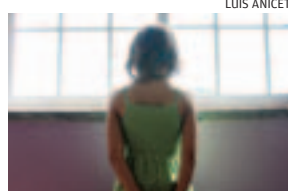
méstica em 2009, o que corresponde a 9,6% do total nacional (6682). O maior número de casos ocorreu em casa, entre marido e mulher. Fonte da APAV diz que há "cada vez mais vítimas a procurar ajuda e a quebrar o silêncio". ■



CRIME

13 mil crianças vítimas silenciosas de violência

Mais de 13 mil crianças assistiram em 2009 a actos de violência entre os pais. São testemunhas silenciosas de um crime que lhes pode condenar o futuro: em adultos transformam-se muitas vezes em agressores ou vítimas, repetindo o que viram na infância. Em quase metade dos casos participados à polícia no ano passado estava presente, pelo menos, um menor. As contas apontam



LUÍS ANICETO

para mais de 13 800 vítimas, mas a investigadora Ana Sani lembra à Lusa que os números são apenas «indicadores» de uma realidade mais dramática.

Crianças assistem a violência em casa

Mais de 13 mil crianças assistiram no ano passado a actos de violência entre os pais. São testemunhas silenciosas de um crime que lhes pode condenar o futuro: em adultos transformam-se muitas vezes em agressores ou vítimas, repetindo o que viram na infância.

No ano passado, as forças de segurança receberam 30.543 queixas de violência doméstica. Em quase metade dos casos, estava presente, pelo menos, um menor. Mas a investigadora da Universidade Fernando Pessoa, Ana Sani, lembra que os números da violência doméstica são apenas “indicadores” de uma realidade mais dramática. “Se não se conhece ao certo quantas são as vítimas, muito mais difícil é saber quantas são as crianças que assistem”, disse à agência Lusa.



SXC.HU

“Há crianças que se metem entre os pais para tentar acabar com a violência”

HELENA SAMPAIO, APAV

A observação destes episódios deixa marcas graves: “Há um processo de aprendizagem em que se identificam com uma das figuras parentais, tornando-se mais tarde vítimas ou agressores”, diz Helena Sampaio, psicóloga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

SÍLVIA MAIA, LUSA



Violência doméstica já é o quarto crime mais participado

José Augusto Moreira

Secretária de Estado da Igualdade diz que ainda há distritos onde o fenómeno continua a ser escondido

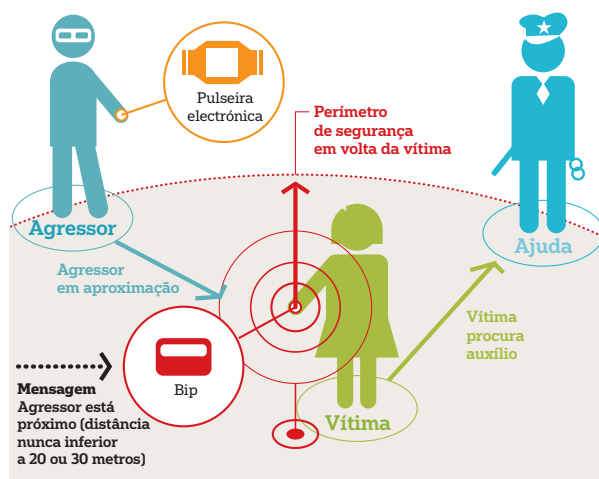
● É o segundo dos crimes mais registados contra as pessoas, o quarto no total das participações criminais e fez 40 vítimas mortais durante o ano de 2008. Os dados sobre a violência doméstica constam do relatório da Direcção-Geral da Administração Interna relativo a 2009 que ontem foi apresentado, documento que conclui que se registou um aumento de 10,1 por cento no número de participações em relação ao ano anterior. Mesmo assim, a secretária de Estado para a Igualdade, Elza Pais, reconhece que o gradual aumento do número de queixas reflecte uma crescente desocultação do fenómeno, se bem que há ainda alguns distritos, sobretudo no interior do país, onde continua a ser mais ou menos escondido.

Quanto ao número de mortes, tudo aponta que terão baixado significativamente em relação a 2008. Os dados não foram ainda oficialmente apurados, mas terão sido contabilizadas 28 vítimas mortais em 2009, segundo dados da UMAR (União Mulheres Alternativa e Resposta) divulgados pelo PÚBLICO em Dezembro.

No total, as forças policiais registaram 30.543 queixas por violência doméstica no ano passado, concentrando-se apenas nos distritos de Lisboa (7522), Porto (6562), Setúbal (2400), Aveiro (1929) e Braga (1635) cerca de dois terços do total. Por comarcas, São João da Madeira, Porto, Espinho e Sintra foram as que apresentaram taxas de incidência mais elevadas.

A vítima é em regra mulher (85 por cento), maioritariamente a viver com o agressor (53 por cento) e com uma idade média de 39 anos. Mais de três quartos (77 por cento) dos queixosos não dependiam economicamente do denunciado e apenas cerca de um terço (28 por cento) possuía habilitações superiores ao 9.º ano de escola-

Vigilância electrónica vai ser alargada



FONTE: Direcção-Geral da Reinserção Social

ridade. Como novidade no relatório respeitante ao ano passado surge o número crescente de ocorrências envolvendo cidadãos estrangeiros. Os números aproximam-se quer o fenómeno seja visto pelo lado das vítimas (18 por cento), quer pelo dos agressores (17 por cento). Brasil, Angola e Cabo Verde são, por esta ordem, os países de origem dos queixosos, sendo que quando se trata dos denunciados aparecem em primeiro lugar os naturais de Angola.

Entre as medidas de apoio e protecção às vítimas, o Ministério da Justiça está a intensificar o uso da pulseira electrónica nos casos em que o juiz impõe aos agressores a proibição de aproximação à vítima. Trata-se de uma nova funcionalidade daquele equipamento de vigilância, por enquanto apenas a ser utilizado em Coimbra e Porto. Em caso de aproximação, a vítima recebe essa informação (através de *pager*) ao mesmo tempo que é dado idêntico sinal à central e controlo dos serviços de reinserção social.